Padre Ibiapina e o Seminário de Olinda

Pe. F. Sadoc de Araújo

O jovem José Antônio Pereira, posteriormente Padre Ibiapina, residiu em Olinda enquanto foi aluno do Seminário e do Curso Jurídico. No primeiro, sua permanência foi rápida e intercortada em duas etapas: uma de trinta e cinco dias em 1823 e outra, de seis meses em 1828, com interrupção de pouco mais de quatro anos entre ambas. No Curso Jurídico, permaneceu enquanto duraram suas atividades discentes do bacharelado em Direito, de 1828 a 1832. É o período de seus estudos superiores, que passamos a examinar.

Seminário de Olinda

O Seminário de Olinda foi inaugurado no ano de 1800 e, nesses quase duzentos anos de existência, atravessou muitas crises e teve seus momentos de glória e seus transes de decadência. Quatro vezes foi fechado e, outras tantas, ressurgiu cheio de esperanças. É preciso situá-lo nestes contextos históricos, para entender o tipo de educação que ministrou a seus alunos em cada época deteminada.

Seu fundador, o bispo Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, preparou sua criação com muito vagar, esmero e carinho. Nomeado bispo de Olinda em maio de 1794 e sagrado em Lisboa a 25 de janeiro de 1795, permaneceu ainda em Portugal até 20 de novembro de 1798, quando embarcou para o Brasil.(1) O motivo principal dessa demora, até vir tomar posse, foi a prévia organização do seminário, ideal maior de seu governo.

Para assegurar a futura manutenção da instituição, teve o cuidado de conseguir da Rainha Maria I algumas regalias: doação à Diocese do antigo prédio onde funcionara o Colégio dos Jesuítas, sua nomeação para Diretor Geral dos Estudos da Capitania de Pernambuco, o pagamento dos professores pelos cofres públicos com o subsídio literário, a transferência para a nova casa de educação de algumas cadeiras já existentes no Recife e a aprovação de um imposto especial de um vintém por cada habitante maior de doze anos a ser recolhido e pago pelas Câmaras Municipais. A consecução de tais privilégios exigira sua presença na Corte.(2) Aproveitou mais esse entretempo para redigir os Estatutos do seminário, cuja publicação conseguiu em 1798 pela Tipografia da Academia Real de Ciências de Lisboa, e para obter um passaporte coletivo, para os padres que pretendia trazer para lhes entregar a direção do novo estabelecimento. Tal passaporte

foi emitido a 27 de setembro de 1798 a favor dos sacerdotes José de Almeida Nobre, que foi o primeiro reitor, Frei José Laboreiro, Frei Miguel Joaquim Pegado e Frei José da Costa Azevedo(3).

Com esta comitiva, Dom Azeredo Coutinho desembarcou no porto do Recife no dia 25 de dezembro de 1798 e tomou posse solene na Catedral de Olinda a primeiro de janeiro do ano seguinte. Durante todo o ano de 1799, trabalhou para organizar o corpo docente, com o acréscimo de mais sete sacerdotes locais, e procedeu a reformas no prédio.(4)

O Seminário é oficialmente inaugurado a 16 de fevereiro de 1800, com muita pompa e intensa participação das autoridades locais, do clero e do povo. Começa a primeira fase de sua história, que vai até 1817, quando teve de cerrar suas portas pela primeira vez. Foi este o período denominado de "Seminário do Bispo Azeredo Coutinho", embora este prelado fundador o tenha orientado apenas durante dois anos, pois, como se sabe, governou pessoalmente a diocese até 25 de fevereiro de 1802, quando foi obrigado a retornar a Portugal.

O espírito da pedagogia utilizada nessa fase inicial aparece nas normas dos seus Estatutos, redigidas pelo próprio bispo. É um documento coerente, composto de três partes, que regula minuciosamente "a observância econômica, moral e literária". Em linhas gerais, é fiel às determinações do Concílio de Trento e tem um objetivo preciso: "instruir a mocidade da nossa Diocese no conhecimento das verdades da Religião, na prática dos bons costumes e nos estudos das artes e ciências, que são necessárias para pulir o homem e fazer ministros dignos de servirem à Igreja e ao Estado."(5) Infelizmente, seus sucessores e o corpo docente, imbuído das idéias regalistas, não souberam continuar na busca deste objetivo.

Sendo o Seminário mantido pelo poder civil e os professores considerados funcionários públicos, o Governo da Capitania achou-se com o direito de intervir no regime interno da instituição. Também, o imposto do vintém, que nunca fora pago, tornou sua cobrança odiosa para os municípios. Tudo isto provocou um clima de desavenças entre o poder civil e o eclesiástico, o que muito desgostou o novo antístite. Estas intrigas chegaram aos ouvidos da Corte e o bispo foi removido, "condenado sem ser ouvido", como ele mesmo declara.(6) Com apenas dois anos de funcionamento, o Seminário de Olinda enfrenta sua primeira crise e perde a segura orientação de seu fundador. A partir daí, envereda pelos caminhos do envolvimento político que o levou, paulatinamente, a se integrar nos movimentos libertários, que culminaram na Revolução Pemambucana de 1817, cujos baluartes foram os professores e alunos deste seminário.(7) O Seminário

provocou a Revolução e foi a maior vítima dela, pois foi fechado a 20 de maio de 1817, dia em que as forças legalistas entraram vitoriosas no Recife.(8) Só reabriria suas portas, cinco anos depois, em 1822.

Reabertura do Seminário

Durante o período de 1817 a 1822, quando o Seminário esteve fechado, a diocese de Olinda viveu em regime de sede vacante, tendo sido governada pelo vigário capitular, Cônego Manuel Vieira de Lemos Sampaio, de 11 de agosto de 1819 a 12 de maio de 1822, e pelo Cabido, no tempo restante. O citado cônego não conseguiu reabrir o seminário, mas logo após sua renúncia, o Cabido resolveu corajosamente tomar essa iniciativa, para atender ao desejo geral do clero e da população, apesar de o Govemo da Capitania ter manifestado suas reservas, com receio de que se repetisse a experiência revolucionária do passado. Não obstante tais temores, o Cabido entendeu que a reabertura era de urgente necessidade e conveniência para a Igreja, pelo que a 22 de junho de 1822 tomou a decisão de abrir as matrículas.

Com o fim de evitar falsas interpretações, resolveu expedir um aviso impresso, dirigido aos "respeitáveis habitantes do dilatado Bispado de Pemambuc", com data de 9 de julho e vazado nos seguintes termos: "O Seminário de Olinda está restaurado e elevado ao estado de perfeição em que foi estabelecido. À testa da direção e economia desta Casa, consagrada aos conhecimento e moralidades, está o R. Padre-meste Frei Miguel Joaquim Pegado, bem conhecido pelos seus conhecimentos, virtudes cristãs e sociais, e dócil inclinação para a educação da mocidade. As pessoas amantes das letras e das virtudes, que se empenharam na sua regeneração, são as mesmas que empenham a sua palavra de não descansarem e nem pouparem-se a todos os trabalhos e cuidados precisos para a conservação da Casa. Dignos pais de família, detestai temores! Vossos filhos encontrarão no Seminário todos os meios de conseguirem os conhecimentos que conduzem o homem honesto pela estrada reta da honra, glória e virtude. Podeis pois mandá-los, na certeza de que desempenharemos nossa palavra, nosso dever. Olinda em cabido, 9 de julho de 1822.(10)

O seminário, sob a zelosa direção de Frei Pegado, reabria com nova inspiração e cautelosa advertência para não mais se repetirem os erros do passado. O fato de o novo reitor ser português amortecia as suspeitas das autoridades, mas não tranqüilizava totalmente os pais dos candidatos, pois ele havia sido professor de matemática na primeira fase de funcionamento. Apesar de tudo, no dia 27 de julho de 1822, primeiro dia de matrícula, inscreveram-se nove alunos e, até o fim do ano, mais dez compareceram, chegando ao número de 19

seminaristas. Estava reaberto o seminário, com novo espírito, nova mentalidade e novas esperanças. A instituição continuou, contudo, a aceitar alunos externos e logo, em 1824, enfrentaria as turbulências políticas da Confederação do Equador, das quais conseguiu, com muito custo, permanecer afastado. Na verdade, nenhum professor ou aluno participou dessa revolução, ao contrário do que acontecera em 1817.

No Arquivo do Seminário, infelizmente, não há qualquer documento e muito menos livro original, referente à primeira fase de seu funcionamento de 1800 a 1817. A partir, porém, de sua reabertura em 1822, todos os livros originais de matrícula encontram-se integralmente guardados e zelosamente restaurados, o que bem prova o zelo do novo reitor.

Nesse reinício, os problemas financeiros foram muitos e a instituição sobreviveu unicamente das mensalidades dos alunos. Tal situação fez com que Frei Pegado solicitasse da Junta de Governo a aprovação de uma loteria a favor do seminário, o que lhe foi concedido a 15 de fevereiro de 1823, mas cuja aplicação só começou a vigir a partir de 1826.(11) Esta circunstância explica porque, no período de 1822 a 1825, houve apenas um livro de matrícula, em que todos os alunos estão inscritos como porcionistas, isto é, pagantes. A partir de 1826, passam a existir dois livros, sendo o outro reservado aos alunos numerários, isto é, gratuitos, pagos pelo dinheiro da loteria.(12) Os Estatutos proibiam, terminantemente, que entre os porcionistas e numerários houvesse qualquer tipo de discriminação, mas ambos "sejam regidos pelas mesmas leis e costumes, das quais nenhum porcionista seja jamais excetuado, nem dispensado, por mais distinto e rico que seja."(13)

Após estas explicações preliminares, passemos a examinar as duas matrículas de José Antônio Pereira, futuro Padre Ibiapina.

As Duas Matrículas

José Antônio esteve matriculado no Seminário de Olinda em dois períodos bem distintos e em ambos sua permanência foi breve. A primeira matrícula, como aluno porcionista, foi efetivada a 10 de novembro de 1823, com saída a 15 de dezembro e permanência de apenas 35 dias. A segunda, como aluno numerário, realizou-se mais de quatro anos depois, exatamente a 3 de fevereiro de 1828, com saída a 5 de agosto, coincidentemente no dia em que completava 22 anos, e com duração de apenas seis meses.

No livro original, a primeira matrícula está assim registrada:

"Ceará – José Antônio Pereira, filho de Francisco Miguel Pereira, a 10 de novembro até 15 de dezembro. 14$400".(14)

Nesse ano de 1823 houve 27 novos alunos, sendo o primeiro, Agostinho Godoes de Vasconcelos, matriculado a 2 de fevereiro e o último, o próprio José Antônio, a 10 de novembro. O penúltimo, matrículado a 11 de setembro, foi o também sobralense Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, conterrâneo de nosso biografado.(15) Como se vê, as matrículas continuaram abertas durante quase todo o ano. Todos os alunos eram porcionistas, isto é, pagantes, pelo que seus nomes estão acompanhados das quantias que deviam, de acordo com o respectivo número de dias de estada no Seminário. José Antônio chegara já no final do ano letivo, donde se presume que iniciaria seus estudos somente no ano seguinte, tanto é que lhe foi feita reserva de matrícula para 1824, mas não efetivada.

O jovem viajou por mar de Fortaleza ao Recife e trazia consigo carta de recomendação do padre oratorianc Antônio de Castro e Silva, sobralense, residente na capital cearense, dirigida ao Pe. João Dias, oratoriano do Convento da Madre de Deus do Recife, que o acolheu e depois o encaminhou ao seminário.(16)

Segundo Paulino Nogueira, "o jovem José chegara ao Seminário de Olinda em meados de 1823, mas demorara-se pouco tempo aí, ou por falta da necessária moralidade nesse estabelecimento, como querem uns, ou por falta da precisa instrução no corpo docente, como querem outrcs. Foi residir no Convento da Madre de Deus, onde aplicou-se devotadamente ao estudo dos preparatórios que lhe faltavam."(17) Há muitos enganos nestas informações. O jovem, primeiramente, não chegou ao seminário em meados de 1823, mas a 10 de novembro. Não se demorou por pouco tempo aí pelas duas razões apontadas, mas porque foi chamado ao Ceará pelo pai, tendo em vista o falecimento da mãe ocorrido a 4 de novembro. Esteve hospedado no Convento da Madre de Deus, durante pouco tempo, antes de ingressar no seminário, e não depois. O autor não identifica os propugnadores das opiniões sobre a saída do jovem, limitando-se a dizer "como querem uns, como querem outros". A breve permanência do novel seminarista já no final do ano letivo não lhe ensejaria captar "a falta da precisa instrução do corpo docente". A alegada falta de moralidade deveria ser atribuída não ao seminário, na fase inicial de sua reabertura restauradcra, mas sim ao Convento da Madre de Deus, naquele tempo em plena decadência. Sobre este último ponto, basta se ler o Parecer das Comissões de Constituição e Eclesiástica da Assembléia Geral Legislativa sobre esse convento do Oratório de São Felipe de Néri que, entre outras coisas, afirma textualmente: "As

comissões reunidas acharam que já no ano de 1825, vindo a esta Corte um dos padres existentes, de nome João Dias, dirigiu ao Governo uma circunstanciada e amargurada queixa, pela qual mostrava a devassidão em que se achava a Congregação, cuja casa deixando de ser de oração se havia convertido na do maior deboche e prostituição lamentando a inobservância de seus estatutos, as depredações e irregular conduta do então prepósito, e pedia que este fosse obrigado a dar contas do estrago do patrimônio daquela casa, e que se cuidasse da sua reforma, a fim de atalhar-se, suspender-se e arrancar-se tanta imoralidade e escândalo público".(18) Por causa dessa triste situação, o Convento da Madre de Deus, que então abrigava apenas quatro padres oratorianos, foi fechado a 17 de julho de 1826, quando aí foi instalada a sede da Alfândega.(19) A Congregação, por sua vez, foi extinta definitivamente em Pernambuco por lei de 9 de dezembro de 1830.(20)

A deplorável fase terminal do Convento da Madre de Deus, tão diferente das gloriosas benemerências de seu longo passado, foi, por alguns biógrafos de Ibiapina, indevidamente transposta para o Seminário de Olinda já totalmente restaurado em sua "virtude e moralidade". Outras vezes por injustificável metacronismo, é a primeira fase de funcionamento dessa casa de formação, vítima de suas passadas agitações políticas, que é estendida para datas posteriores.

Após estes esclarecimentos, firmados em documentos históricos coevos, podemos julgar, com crítica imparcial, a veracidade do seguinte trecho do texto do itinerário manuscrito, publicado por Eduardo Hoornaert com o nome de "Crônica das Casas de Caridade": Do Crato, Ibiapina "passou para a cidade de Fortaleza e retomando os seus estudos seguiu em 1823 para o Seminário de Olinda. Não encontrando, porém, naquele templo da virtude e das ciências, a moralidade e religiosidade que esperava, demorou-se pouco e passou-se para o Convento da Madre de Deus. Aí, no estudo da Filosofia e na continuação de outros, principiados no seminário, demorou-se até 1825".(21)

Mons. Severino Leite Nogueira, a partir do trecho acima citado, alude ao metacronismo dos biógrafos de Ibiapina e analisa, minuciosamente e com vasta documentação, a situação moral e intelectual do Seminário de Olinda e do Convento da Madre de Deus do Recife, àquela época.(22)

Os que têm escrito sobre o padre Ibiapina, seja em livros ou artigos de revista e jornal, geralmente repetem informações retiradas dos primeiros biógrafos ou apenas as sintetizam. Quando muito, dão novas interpretações aos mesmos fatos. Desta maneira, repisam nas

mesmas imprecisões e equívocos, sem se darem ao trabalho de pesquisa histórica em busca de outros dados documentados. Cito um exemplo. Mons. Silvano de Sousa, ao justificar a primeira saída do seminário, afirma: "Chegando ali sofreu uma grande decepção: o tradicional educandário eclesiástico, onde se formava a maior percentagem do clero nordestino, passava por uma grande crise em que se prejudicavam não só os estudos que baixavam de nível, mas também a moral que não estava à altura de um estaelecimento daquela ordem."(23) Se o autor estivesse se referindo ao funcionamento do seminário no período imediatamente anterior a 1817, suas ponderações estariam perfeitamente corretas. Em 1823, a crise da reabertura ainda era conseqüência dessa crise anterior.

Se realmente o jovem seminarista tivesse sofrido "uma grande decepção" ao ingressar no seminário, não teria reservado matrícula para o ano seguinte de 1824, quando pretendia continuar seus estudos ali, não tivesse recebido, mesmo com atraso, a infausta notícia da morte da mãe. No livro original dos matriculados no Seminário de Olinda referente ao citado ano, encontra-se o nome de José Antônio Pereira, com a reserva de matrícula sem efetivação, porque diferentemente de todos os demais, após seu nome não constam dia de entrada, nem o de saída e nem a quantia a pagar.(24) Ele, portanto, tinha intenção de retornar ao seminário, no que foi impedido pelo envolvimento do pai na Confederação do Equador, que lhe custou a vida, com as tristes conseqüências para todos os irmãos, agora na completa orfandade. Esses dolorosos acontecimentos exigiram a permanência do jovem seminarista no Ceará, só lhe tendo sido possível retornar ao seu seminário no ano de 1828, como adiante veremos.

Gilberto Vilar de Carvalho, após afirmar que na refrega da Confederação do Equador, o Padre Ibiapina não perdeu apenas o seu pai, mas também o irmão mais velho, comenta: "Ibiapina, adolescente, se encontrava escondido no Convento da Madre de Deus, no Recife, durante todo o tempo que durou a revolta e a repressão sangrenta que se seguiu à derrcota dos confederados. Não se esclarece se essa reclusão tinha como causa uma maneira de preservar o jovem adolescente ou se se tratava de vocação religiosa. Seja como for, logo que as cousas se acalmaram, Ibiapina, já com 22 anos de idade, teve de deixar a Madre de Deus..."(25)

O autor, infelizmente, não indica a fonte donde colheu essas desencontradas informações, que não correspondem ao que se lê na documentação coeva. Ora, Ibiapina completou 22 anos a 5 de agosto de 1828, quando o Convento da Madre de Deus não mais existia, pois desde 27 de outubro de 1825 transformara-se oficialmente em Alfân-

dega e, naquele dia do aniversário, o que ele deixou foi o seminário, pela segunda vez.(27) Durante os anos de 1824 a 1827 o jovem Ibiapina residiu no Ceará, com um pequeno intervalo de uma viagem ao Maranhão.(28)

Estes quatro anos foram os mais dolorosos de toda sua vida. Não é fácil aquilatar o mar de amarguras que lhe envolveu a alma de jovem nesse transe afligente. Havia pouco, perdera a mãe na flor dos seus 38 anos. A 7 de maio de 1825 o pai é injustamente arcabuzado e o irmão mais velho, Alexandre Raimundo, banido para o arquipélago de Fernando de Noronha, é barbaramente trucidado, ambos mártires da Confederação do Equador. A 15 de outubro do mesmo ano, é assassinado em Sobral o cunhado Otaviano Néri, deixando sua irmã Francisca na viuvez precoce, menos de dois meses depois do casamento. Na completa orfandade ficaram os irmãos menores João Carlos com 14 anos, Rita com 13, Maria José com 10 e Ana com 9. Como irmão então mais idoso, José Antônio achou-se no dever de assumir a orientação da família economicamente esfacelada e moralmente deprimida. Superou galhardamente todas as adversidades, considerou-as passageiras, porque confiou no Deus de sua fé. Entregou-se à vida de oração e à leitura assídua da "Imitação de Cristo", onde encontrou consolação para o espírito. Recebeu apoio de parentes e amigos. Tomou também a si cooperar com o integral cumprimento do testamento do pai e por isso teve de embarcar para o Maranhão, com o fim de resolver o problema de uma fiança e responsabilidade financeira, que o genitor assumira.

Com o passar do tempo, pouco a pouco a família foi se recompondo e em 1827 a sorte dos irmãos ficou definida: a viúva Teresa e Rita, que logo se casou, permaneceriam em Sobral, enquanto os adolescentes João Carlos, Maria José e Rita seguiriam com José Antônio para o Recife. O dinheiro para as passagens foi conseguido por uma modesta subscrição promovida pelo Pe. José Martiniano de Alencar e outros amigos.(29)

A viagem ao Recife, feita por mar, foi planejada com o tempo suficiente para alcançar a matrícula no Seminário no início do ano de 1828. Acompanharam-no apenas as duas irmãs adolescentes, porque João Carlos seguiria depois, quando concluisse os estudos de humanidades.

Ao chegar ao Recife, o jovem conseguiu alojar as irmãs no Recolhimento Nossa Senhora da Glória, casa fundada por Dom Azeredo Coutinho destinada ao amparo de meninas órfãs, situado no bairro da Boa Vista, contíguo à igreja do mesmo nome.

No dia 3 de fevereiro de 1828 é matriculado, pela segunda vez, no

Seminário Episcopal de Olinda, sendo muito bem recebido pelo reitor Frei Miguel Joaquim Pegado, que já o conhecia do tempo da primeira matrícula de 1823. O reitor já estava a par dos sofrimentos por que passara o jovem seminarista durante a longa ausência de quatro anos, quando foram assassinados o pai e o irmão Alexandre, por isso o inscreveu como aluno numerário, gratuito, tendo para tanto conseguido a aprovação de Dom Tomás Noronha, que desde 25 de agosto de 1825 governava pessoalmente a diocese. De acordo com os estatutos, os numerários deveriam ser escolhidos mediante exame de seleção, mas no caso especial desse ex-aluno, o bispo prontamente o dispensou dessa formalidade.

Logo ao chegar à portaria do seminário, José Antônio encontrou-se com seus conterrâneos, os irmãos Jerônimo Martiniano Figueira de Melo e João Capistrano Bandeira de Melo, com apertado e comovente abraço de boas vindas. Foi uma consoladora recepção, que o levou às lágrimas. Finalmente, retornava ele ao convívio de ex-colegas e amigos e à vida de estudos e oração do seminário. Neste momento, compreendeu que a mão do bom Deus não o tinha desamparado.(30)

O registro de sua matrícula no livro dos numerários é simples e humilde: "Ceará – José Antônio Pereira, filho de Francisco Miguel Pereira, de idade 21, entrou a 3 de fevereiro e saiu a 5 de agosto."(31) Note-se que, nesse 5 de agosto, completara 22 anos. Nesse ano, o seminário recebera 56 alunos, sendo 42 porcionistas e 14 numerários. Com relação à naturalidade, 29 eram de Pernambuco, 10 do Ceará, 8 da Paraíba, 5 do Rio Grande do Norte, 3 de Alagoas e 1 da Bahia. Uma comunidade representativa de todo o Nordeste, cujo território correspondia ao da própria diocese de Olinda.

O ambiente do seminário, que José Antônio vai agora cursar, é totalmente diferente da fase liberal e iluminista do passado. Direi mesmo que é o contrário, pois a nova orientação, impressa pelo bispo Dom Tomás Noronha, é conservadora, reacionária e de total apoio ao governo do Imperador Pedro I, por quem o prelado fora designado para cumprir tal missão. Na verdade, o novo bispo, que fora governador episcopal de Meliapor e Cochim, na India, desembarcara no Rio de Janeiro por ocasião da Independência do Brasil. A 10 de maio de 1823 recebeu do próprio Imperador a incumbência de reger a diocese de Pernambuco, para que "inspireis o amor (essência da lei evangélica) nos corações de todos e extirpeis os ódios e rivalidades que têm dilacerado tanto aquelas rovíncias", como diz textualmente o ato de sua nomeação.(32) Sua viagem do Rio ao Recife foi feita por terra, logo após a conflagração da Confederação do Equador, e sua posse pessoal na catedral de Olinda foi solenemente realizada a 20 de

agosto de 1825. Antes, estivera pelo interior das províncias de Pernambuco, Ceará e Paraíba incumbido da "missão política de pacificar os ânimos dos povos, bastante agitados por aquele movimento revolucionário".

Durante a viagem, publicou uma pastoral "que fulminava a pena de suspensão a todo o clérigo que houvesse tomado parte ativa na revolução mas seja logo dito, em abono da piedade de seu coração, que nunca fez efetiva essa pena e depois empregou a muitos padres que foram ostensivamente revolucionários".(33)

O antistite manifestou muito zelo para com o bom funcionamento do seminário episcopal, que "lhe mereceu sempre especial cuidado, quer em relação à sua economia interna, quer à boa escolha dos mestres, nos casos de vacância, quer enfim à proteção que prestou aos colegiais numerários, para os quais dava ou emprestava aquela parte dos réditos da casa para eles destinada, que por qualquer eventualidade faltava; de sorte que nunca se despediu ou se deixou de receber um estudante pobre, até o número que os estatutos permitiam, por falta de meios. Tinha por costume assistir aos exames do fim do ano e neste ato não se tornava mero espectador; discutia largamente com os lentes, dando assim a prova autêntica de sua variada erudição, que foi sempre reconhecida. Esse interesse pelo seminário foi constante até o fim, deixando-lhe em sua saída alguns contos de réis, e também à Sé, que foi outro objeto de sua piedade."(34)

Estas duas últimas informações são de primeira mão, pois constam de livro do padre cearense Carlos Augusto Peixoto de Alencar, ex-aluno do seminário nos anos de 1827 a 1829, contemporâneo e conhecedor pessoal de Dom Tomás Noronha, de quem diz: "Foi este o bispo, que me conferiu as ordens sagradas".

Dom Tomás Noronha renunciou da mitra no fim do ano de 1828 e embarcou para a Corte a 24 de agcsto de 1829. A renúncia do prelado deveu-se a sérias desavenças com o famigerado deão da Sé, cônego Bernardo Luis Ferreira Portugal, irrequieto e vingativo sacerdote, a quem se atribuía até o envenenamento de um bispo anterior, Dom Frei José Maria de Araújo, falecido a 21 de maio de 1808.(35)

O padre Peixoto de Alencar, contemporâneo dos fatos, afirma que entre o deão e o bispo Noronha, "travou-se uma luta de morte, para o pundonor e altivez de ambos". E acrescentava. Eram dois vultos proeminentes que se mediam. De um lado estava o bispo, com todas as vantagens de sua alta posição, de sua sabedoria e justiça de sua causa, mas pouco amestrado no manejo da intriga, pouco perseverante em sofrer qualquer contrariedade; de outro, via-se o homem da mais elevada inteligência do seu tempo em Pernambuco, dispondo

de formidável fortuna, de muita clientela, mestre da lei e da chicana, por uma longa prática de advocacia, e de uma animosidade de consciência pouco escrupulosa na escolha dos meios que o deviam levar a uma vingança".(36) Tudo isso ocorria no exato tempo em que José Antônio estava no seminário. Se, portanto, ele sofreu alguma decepção motivadora de sua mudança dos estudos eclesiásticos para os jurídicos, não se deve atribuir ao ambiente interno do Seminário, mas às atitudes escandalosas e rebeldes de parte do clero para com o pastoreio do bispo Tomás Noronha. Por isso, o jovem seminarista resolveu transferir para outra oportunidade, o prosseguimento de sua vocação sacerdotal e decidiu por iniciar o Curso de Direito.(37)

Notas

(1) A precisão dessas datas deve-se ao estudo de Mons. Severino Leite Nogueira – "O Seminário de Olinda", ed. Fundarpe, Recife, 1985, p. 117. Esta volumosa e bem documentada obra trata exatamente do "Seminário do bispo Azeredo Coutinho", durante os anos iniciais de seu funcionamento.

(2) NOGUEIRA, Mons. Severino Leite – ob. cit. p. 97. Cf. também "Annaes do Seminário", Escola Tip. Salesiana, Recife, 1921, p. 73-76.

(3) Cf. Código 807, p. 243v, relativo a Pernambuco, guardado no Arquivo Ultramarino de Lisboa.

(4) BARATTA, Mons, José do Carmo – "Escola de Heroes", Imp. Industrial, Recife, 1926, p. 60. Sobre a inauguração do Seminário, cf. Pereira da Costa, F.A., "Anais Pemambucanos", vol. 7, p. 13-16.

(5) NOGUEIRA, Mons. Severino Leite, ob. cit. p. 317.

(6) Ibidem, p. 124.

(7) CAMARGO, Mons. Paulo Florêncio da Silveira – "História Eclesiástica do Brasil", Ed. Vozes, 1955, p. 266. Um bem elaborado resumo da participação dos padres do Seminário de Olinda na Revolução de 1817 encontra-se em Dom Duarte Leopoldo e Silva – "O Clero e a Indepèndência", Ed. Paulinas, S.Paulo, 1972, p. 65-67.

(8) BARATTA, José do Carmo, ob. cit., p. 70. Um livro manuscrito anônimo, intitulado "Revoluções do Brasil" e publicado na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP), nº 29, 1883, p. 93, afirma: "Os seminaristas mostravam ter aprendido somente três pontos: 1º, duvidar de

tudo; 2º, aborrecer livros; 3º, ignorar os de teologia."

(9) BARATTA, José do Carmo – "História Eclesiástica de Pernambuco" Imp. Industrial, Recife, 1922, p. 77.

(10) PEREIRA DA COSTA, F.A. – "Anais Pernambucanos", vol. 8, p.258.

(11) "Anais do Seminário de Olinda", ob. cit., p. 68.

(12) O livro reservado aos alunos gratuitos inicia com este título: "Matrícula dos Numerários desde o princípio de 1826, em que o seminário recebeu dinheiro da Loteria".

(13) "Estatutos do Seminário Episcopal de Olinda", Lisboa, 1798, Cap. IV § 15, in Severino Leite Nogueira, ob. cit. p. 322.

(14) Livro de Matrículas, dos Porcionistas do Seminário de Olinda, ano 1823 fl 2v. José Comblin – "Instruções Espirituais do Padre Ibiapina". Ed. Paulinas, S. Paulo, 1984, p. 10. Diz aí o autor que Ibiapina "estudou dois anos" no Seminário de Olinda, o que não é verdade.

(15) Jerônimo Martiniano Figueira de Melo nasceu em Sobral a 19 de abril de 1809. Estudou seis anos no Seminário de Olinda e todo o Curso Jurídico, onde foi colega do Padre Ibiapina. Foi Conselheiro do Império, Deputado Geral, Senador, Governador do Maranhão e Rio Grande do Sul. Autor de "Crônica da Rebelião Praieira em 1848" e "Ensaio sobre a Estatística Política e Civil da Província de Pernambuco". No parlamento nacional defendeu Dom Vital durante a "Questão Religiosa". Faleceu no Rio a 20 de agosto de 1878.

(16) Sobre o Pe. Antônio de Castro e Silva, cf. F. Sadoc de Araújo – "Dicionário Biográfico de Sacerdotes Sobralenses", Fortaleza, 1985, p. 13-16.

(17) NOGUEIRA, Paulino – "O Padre Ibiapina", RIC, ano 1888, p.167.

(18) A íntegra desse parecer vem trascrita em "Anais Pernambucanos" de Pereira da Costa, vol. 9, p. 311-313.

(19) Ibidem, p. 185. cf. Flávio Guerra – "Velhas Igrejas e Subúrbios Históricos", Recife, 1870, p. 96.

(20) LUNA, Lino do Monte Carmelo – "Memória Histórica e Biográfica do Clero Pernambucano", 2ª ed., Recife, 1976, p. 93. Com atuação em Pernambuco desde 1671, a Congregação do Oratório prestou valiosos e admiráveis serviços às missões e à formação do clero, só vindo a decair nos tempos das revoluções de 1817 e 1824. A perseguição dos governos legalistas vitoriosos levou o Convento da Madre de Deus à ruína. Cf. Ebion de Lima – "A Congregação do Oratório no Brasil", Ed. Vozes, Petrópolis, 1980,

p. 147-164.

(21) Eduardo Hoornaert – "Crônica das Casas de Caridade", ob. cit. p. 35. O texto citado consta da primeira parte do itinerário, que foi redigido no Crato por "um douto", segundo afirma o Irmão Antônio Modesto na apresentação do mesmo publicado na revista do IAHGP, ano 1911, p. 50. Celso Mariz opina que o texto "fazia parte de um discurso de um Professor de Missão Velha numa das recepções feitas ali ao missionário. Cf. "Ibiapina, um Apóstolo do Nordeste", ob. cit., p.67. A versão mais provável sobre a autoria da primeira parte do itinerário manuscrito é atribuída ao professor Bernardino Gomes de Araújo, que "mandou imprimir a história das missões" no jornal "Voz da Religião", do Crato. Em qualquer das hipóteses, o texto é muito posterior ao tempo em que Ibiapina freqüentou o Seminário, o que explica as imprecisões. O mesmo professor escreveu também "Crônica de Missão Velha". Cf. Raimundo Girão "Os Municípios Cearenses e seus Distritos", Fortaleza, 1983, p. 148.

(22) NOGUEIRA, Severino Leite, ob. cit., p. 213-222.

(23) Silvano de Sousa –"O Padre-Mestre Ibiapina", in revista "Itaytera", Crato, nº 6, ano 1961, p. 89.

(24) Livro de Matrícula dos Porcionistas do Seminário de Olinda, ano 1824, fl. 3. Após o nome José Antônio Pereira, não há qualquer anotação, diversamente de todos os outros matriculados, onde constam dia de entrada, dia de saída e quantia da anuidade.

(25) CARVALHO, Gilberto Vilar de – "O padre Ibiapina, um homem que viveu e morreu pelo seu povo", in REB, março de 1983, p. 106.

(26) PEREIRA DA COSTA, F. A. – "Anais Pemambucanos", vol. 9, p.185.

(27) Livro de Matrícula dos Numerários, ano 1828, fl. 3.

(28) NOGUEIRA, Paulino, ob. cit. p. 168 e nota 21.

(29) Ibidem, p. 168.

(30) Os irmãos Jerônimo Martiniano Figueira de Melo e João Capistrano Bandeira de Melo entraram a 1 de fevereiro e saíram a 30 de maio de 1828 para freqüentar o Curso Jurídico. Pagaram 96 mil réis pelos dias de estada no seminário. Ibiapina continuou até 5 de agosto.

(31) Livro de Matrícula dos Numerários, fl. 3. Seu nome está no quarto lugar entre os catorze numerários selecionados.

(32) PEREIRA DA COSTA, F.A., – "Anais Pemambucanos", vol. 8, p. 423.

(33) ALENCAR, Carlos Augusto Peixoto de – "Roteiro dos Bispados do

Brasil", Tip. Cearense, Fortaleza, 1864, p. 182.

(34) Ibidem, p. 187.

(35) PEREIRA DA COSTA, F.A. – "Anais Pernambucanos", vol. 7, p. 164. Sobre a atribulada vida do deão Bernardo Portugal, cf. Dias Martins – "Os Mártires Pernambucanos", Recife, 1853, p. 527-531.

(36) ALENCAR, Carlos Augusto Peixoto de, ob. cit. p. 184.

(37) De 1800 a 1830, a diocese de Olinda teve seis bispos nomeados e, mesmo assim, durante a maior parte desse tempo foi governada pelo Cabido, em situação de sede vacante. Um autor anônimo, que viveu nessa época no Recife, explica essa anômala situação pelas desavenças entre os prelados e os cônegos do Cabido, que era "corporação brilhantíssima, mas quase sempre agitada pelo maligno vapor pernambucano, viveu em todos os tempos em desarmonia com seus bispos; daqui as freqüentíssimas vacâncias, pelas quais esta Sé tem passado sem a morte ser culpada. Era nessas vacâncias que o Cabido se aproveitava, pois em virtude da posse abusiva contra os cânones da Igreja, entrava logo em governança, desempenhando a idéia de uma oligarquia aristocrática, famosa unicamente pelas suas desordens e animosidades." Cf. "Revoluções do Brasil", in Revista do Instituto Histórico de Pernambuco (IAHGP), nº 29, ano 1883, p. 48.